

Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação

Maria Nélide González de Gómez

A metodologia da pesquisa designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas. Os métodos, quantitativos, qualitativos, comparativos, assim como as técnicas de coleta e análise da informação, definem a direção e modalidade das ações de pesquisa de modo secundário, estando já ancorados num domínio epistemológico e político que acolhe e legitima as condições de produção do objeto da pesquisa. Uma metodologia de pesquisa teria, para nós, e como primeira tarefa, a tematização dessas condições de produção do objeto de conhecimento.

Para auxiliar-nos em nossa reflexão, utilizaremos como ponto de partida o conceito de programa de pesquisa (introduzido por Imre Lakatos, historiador da ciência, na década de 60).

A reconstrução de um campo científico pode ser iniciada a partir dos programas de pesquisa, empreendimentos coletivos e institucionalizados de geração de conhecimentos que agregam e organizam instituições e recursos, perguntas e teses, o modo de objetivação e de objetividade que será aceito como legítimo. São componentes principais dos programas de pesquisa as escolhas metodológicas que indicam os caminhos de investigação que podemos seguir ou suas heurísticas positivas e as heurísticas negativas, que estabelecem o que não poderia ser do domínio do objeto da pesquisa. Um programa de pesquisa, assim mesmo, pode ser progressivo ou estar num estado de estagnação. A progressão da pesquisa acontece quando ela produz excedentes de informação em relação ao estado prévio de conhecimento do campo.

A zona que define a progressão dos programas de pesquisa não é, porém, tanto o núcleo quanto sua periferia, que é a zona mais produtiva, dado que nela vão surgir os excedentes informacionais capazes de renovar o escopo e abrangência do progra-

ma. Daí que uma definição monopólica do núcleo, sem espaço para um “*cinturão protetor*” de dissenso e alternativas, coloca o programa de pesquisa em risco de estagnação.

A pesquisa em Ciência da Informação apresentaria um problema particular: Se existe grande diversidade na definição das heurísticas afirmativas, as que estabelecem as estratégias de construção do objeto e permitem a estabilização acumulativa do domínio, maior é a dificuldade para estabelecer as heurísticas negativas, as que definem o que não poderia ser considerado objeto do conhecimento da Ciência da Informação, condição diferencial que facilita e propicia as relações de reconhecimento e complementaridade com outras disciplinas. E isto acontece por um lado, pela referência intrínseca de seu objeto a todos os outros modos de produção de saberes, gerando constantemente novas treliças interdiscursivas, e por outro lado, pela natureza estratificada e poli-epistemológica dos fenômenos ou processos de informação.

Trataremos de ampliar e esclarecer o sentido e as implicações desta afirmação. Para isso, após de uma breve história de constituição dos programas de pesquisa em Ciência da Informação, trataremos de identificar um diferencial epistemológico que justifique suas demandas de autonomia, analisando a seguir as conseqüências que resultam de sua “dupla hermenêutica” e sua orientação à intervenção. Finalizaremos nossas considerações lembrando algumas questões que, a nosso ver, são específicas da pesquisa em Ciência da Informação.

A trajetória

A Ciência da Informação surge no horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica ao mesmo tempo em que domínios de intervenção econômico-tecnológica.

Poderíamos dizer que ao mesmo tempo em que entravam em crises alguns dos pressupostos epistemológicos que legitimavam a imagem da ciência moderna, começava a formar-se um novo campo científico que assumiria uma parte importante do meta-discurso ocidental sobre as ciências, discurso que seria construído agora a partir de resultados formalizados da produção de conhecimentos e conforme metodologias observacionais e quantitativas. O campo científico emergente da Ciência da Informação constituir-se-ia assim, ao mesmo tempo, como uma nova demanda de cientificidade

e como um sintoma das mudanças em curso que afetariam a produção e direção do conhecimento em ocidente.

Desde suas primeiras manifestações, apresentava-se, assim, à Ciência da Informação, como conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias. Se sob o princípio da neutralidade assumia como causa de sua emergência a mudança de escala da produção dos conhecimentos, provocando a elevação dos custos de tratamento, operacionalização, transmissão e aproveitamento dos grandes estoques de registros do conhecimento, outras premissas implícitas remetiam a intensificação das relações entre a ciência, o Estado e a indústria, conjugadas pelas políticas do pós-guerra de segurança e desenvolvimento. Neste horizonte de formação, a Ciência da Informação tenderá a incluir, em seus programas de pesquisa e na definição do domínio de construção de seu objeto, traços e demandas da sociedade industrial, assim como logo acompanhará os processos de reformulação dos paradigmas econômicos, sociais e políticos, desde a mercadorização da informação a sua reconfiguração como bem de capital e indicador de riqueza.

No Brasil, diferentes ações e empreendimentos em Ciência e Tecnologia faziam sua leitura histórica das interfaces –as desejadas e as possíveis - de adesão aos modelos de industrialização e desenvolvimento, incluindo em maior ou menor medida em seus programas a constituição de um setor de informação científico-tecnológica.

Nesse contexto, o campo das atividades e dos estudos da informação reformulava o espaço de saberes e técnicas até então ocupado quase exclusivamente pelas instituições de memória e a documentação (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação) e com o auxílio das novas tecnologias, colocava como seu eixo e função a construção de cartografias de meta-informação ou de “informações sobre a informação”.

As grandes bases de dados digitalizadas -referenciais, cadastrais, factuais-, como objetivação de variáveis selecionadas da produção científica, seriam utilizadas para a recuperação da informação, como recurso para lidar seletivamente com o grande volume dos registros documentários e, de modo derivado, como insumo para a formulação de políticas científicas, pela capacidade gerada de síntese e diagnóstico da produtividade de científica.

Num primeiro momento, os estudos de recuperação da informação mediada por máquinas, a formalização de linguagens para os sistemas de informação e os estudos bibliométricos, buscariam fundamentar generalizações e teorias na leitura de regulari-

dades empíricas e em sua formalização nomológica, tal como nas leis de Bradford e nas teorias epidemiológicas da “disseminação de idéias” de William Goffman.

A partir da década do 70, o crescimento em papel e em importância dos produtos e serviços de informação e dos mercados para a informação, renova a procura de inovações tecnológicas, buscadas no caminho do tratamento automatizado da linguagem natural e dos sistemas especialistas, experimentando formas de incorporação, ao desenho do Sistema de Informação, de modelos de usuários. Ensaivavam-se, também, as primeiras abordagens cognitivistas pressupostas pela modelagem do uso e pela incorporação de dispositivos de inteligência artificial, confirmando-se a caracterização da área pela dupla orientação à explicação e a intervenção nos processos humanos de conhecimento, memória, comunicação.

Outras questões, que em outros países sinalizavam a renegociação do alcance do Estado de Bem-estar, indicavam a emergência de demandas sociais que em nossos países e nos contextos de “transição democrática”, traduzir-se-iam num novo associativismo, dando lugar ao alargamento do quadro jurídico-institucional, na constituição do 88, incluindo junto às políticas sociais, a formulação do direito à informação. A década do 80 foi propícia a emergência de novos temas e abordagens sociológicas e antropológicas, que ora vão se aninhar nas práticas informacionais do local e do cotidiano, revigorando o papel das diversidades culturais, ora se empenham na busca de uma definição emancipatória do valor educacional e democrático da informação.

Em mediados da década do 90 alguns focos temáticos desenharam uma nova figura assimétrica da pesquisa. Por um lado, intensifica-se a relação entre informação e conhecimento, atrelada aos novos conceitos de gestão do conhecimento e inteligência social e organizacional, deslocando a centralidade temática da informação científico-tecnológica e promovendo-se a migração de tecnologias e estratégias de tratamento e recuperação da informação para novos cenários organizacionais, com ênfases na re-utilização de seus estoques organizados nas novas funções de diagnóstico, controle e monitoramento do ambiente tecnológico e dos negócios. Por outro lado, se reativa a relação da informação com o texto, explorando as novas possibilidades da hipermídia, o hipertexto e as possibilidades de interação, síncronas e assíncronas, nas novas formas de trabalho intelectual cooperativo. Novas relações com o discurso e a leitura exploram possibilidades de interfaces que são preparadas, num outro plano, operacional e genérico, pelas interações entre as novas tecnologias de informação e comunicação com as ciências da computação, a lingüística computacional, a tradução automática e os sistemas especialistas.

Já na beirada do século XXI, novas mudanças são anunciadas pelos programas da Sociedade da Informação. A reformulação das infraestruturas de informação não se manifestaria, porém, somente nos avanços nas tecnologias dos supercomputadores, já bem instaladas no frente da pesquisa e nos espaços da “big science”, nem no desempenho da robótica na produção industrial ou pelo impacto sobre o conceito e as formas do trabalho, ainda que aceleradas na última década. Uma das maiores expectativas de mudança resultaria da expansão da microeletrônica potencializada pelas redes de comunicação remota, abrangendo toda a extensão do tecido social. A utilização das novas tecnologias de comunicação e informação seria incrementada não só no setor de serviços e nas oficinas, mas também nas escolas, nos hospitais, nos governos locais e nos domicílios.

De que maneira os programas de pesquisa da Ciência da Informação se comportam em relação ao Programa da Sociedade da Informação?

Para preparar nossa reflexão sobre esta questão, vou a deter-me brevemente sobre alguns traços metodológicos da Ciência da Informação.

O caráter poli-epistemológico

Em primeiro lugar, a metodologia da Ciência da Informação deve dar conta de seu caráter poliepistemológico -antes que interdisciplinar ou multidisciplinar: Com efeito, além de tratar-se de um termo flutuante que, tal como o de ‘democracia’, produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, “informação” designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a diversas “camadas” ou “estratos” de realização. Formam parte desses estratos a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas formas plurais de expressão; os sistemas sociais de inscrição de significados, do papel às redes computarizadas de comunicação remota; os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas.

De maneira simplificada, podemos dizer que a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação desses vários estratos, em contextos concretos de ação, e chamaremos ao *fatum* dessa constituição de um valor ou evidencia de informação, uma ação de informação.

Pode-se assim dizer que uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação –tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento.

A ação de informação articula esses estratos em três principais dimensões: uma, semântico-discursiva, enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, meta-informacional, onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão infra-estrutural, reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.

Existe, de fato, uma grande assimetria entre esses estratos. Enquanto os planos associados aos processos semânticos e comunicativos se pautam pela abertura e diversidade das ações sociais, ancoradas em múltiplos contextos culturais e históricos, as camadas mais estritamente associadas às esferas tecnológicas, às máquinas e às infra-estruturas, ficam sujeitas a condições de definição e operacionalização que se apresentam como genéricas ou “universais” (programa de gerenciamento de bases de dados, hipertexto, *e-mail*, entre outros), ou capazes de suportar uma grande diversidade de aplicações e de contextos de aplicação.

De fato, a produção de conhecimento e objetivação de cada um desses estratos, requer diferentes pontos de partida conceituais e metodológicos, e tem sido assumido por pesquisadores e programas de pesquisa com diferentes definições do que seja uma evidência de desempenho adequado do programa (quadro 1).

Quando são abordadas as práticas e ações de informação, devemos usar estratégias comunicacionais seja para reconstruir a produção de sentido dos atores sociais, seja para construir e interpretar indicadores operacionalizados sobre produtos e resultados observáveis das ações de informação.

O acesso comunicacional aos fenômenos culturais da informação requer estratégias metodológicas descritivas, interpretativas, de compreensão participante, próprias da antropologia, a sociolinguística, os estudos sociais da ciência, entre outras. Neste plano, mesmo as regularidades e tendências estruturais observadas, parecem aproximar-se mais ao conceito wittgensteano de regra (usos, costumes), que ao conceito naturalista de lei.

Quando nos situamos nos contextos organizacionais onde se agenciam e regulam os ciclos e fluxos sociais da informação, e que nós gostamos de denominar de “plano de meta-informação” -porque nele se definem os critérios, os contextos e as categorias que controlam as relações de uma informação com outras informações

e com os domínios de produção social de conhecimentos- será necessário recorrer a noções sociológicas e políticas (como os conceitos de instituição, organização, contrato), assim como incorporar as abordagens das áreas de gestão.

Quando olhamos as ações de pesquisa e desenvolvimento que sustentam o desenho e execução das infraestruturas da informação, entramos no domínio da construção e da modelagem que tem como medida e condição de competência, o desempenho adequado de uma arquitetura tecnológica, sujeita a padrões tecnológicos pré-estabelecidos e a outras condições de viabilidade e eficácia econômica.

Um dos grandes desafios da pesquisa na área, resultantes do caráter poli-epistemológico do domínio, é desenvolver programas e estratégias de pesquisa articulando os modos de conhecimento específicos de cada estrato. Por um lado, é importante reconhecer até que ponto a modelagem e desenvolvimento de protótipos tecnológicos deveriam aproximar-se as formas de conhecimento que lidam com a dimensão semântica e cultural das ações de informação. Por outro lado, é necessário estabelecer quais os conhecimentos tecnológicos que deveriam ser partilhados para a reconstrução descritiva das formas culturais de produção, legitimação e adesão aos testemunhos de informação nos novos contextos sociotécnicos. Pareceria importante, também, que esses diversos modos de conhecimento e modelagem estabeleceram estratégias de cooperação na fase de construção dos dispositivos tecnológicos e não *a posteriori*, no momento de sua aplicação.

Dupla hermenêutica e orientação à intervenção

Essa diversidade de condições epistemológicas não deve ser confundida, porém, com uma indefinição metodológica eclética ou relativista.

A Ciência da Informação recebe das Ciências Sociais seu traço identificador, que serve de princípio articulador dessas diversidades, e que corresponde ao que nos estudos metodológicos se denomina como a “dupla hermenêutica”. O objeto da Ciência da Informação tem que ser considerado como uma construção de significado de segundo grau a partir das práticas e ações sociais de informação, dos diferentes atores coletivos, que constituem seu domínio fenomênico. Seja qual for o procedimento de sua construção, deve dar conta do que as diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação, numa época em que essa noção ocupa um lugar preferencial em todas as atividades sociais, dado que compõe tanto a definição contemporânea da riqueza quanto a formulação das evidências culturais.

Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação

Podemos afirmar, assim, que este traço da Ciência da Informação gera uma dupla aderência das condições epistemológicas às condições políticas de acolhida e legitimação das questões de informação, já que está constantemente sujeita as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, em conformidade com as quais se constituem, se controlam, se reproduzem e se transformam as práticas, as atividades, as tecnologias, os recursos, as instituições e os atores que intervêm na geração, tratamento, transmissão e uso da informação. E esta configuração social dos regimes de informação afeta a constituição do campo da Ciência da Informação tanto em sua forma paradigmática quanto em seus conteúdos.

Uma consequência dessa dupla hermenêutica política e epistemológica, é que a definição metodológica do núcleo de um programa de pesquisa se perfila num horizonte de demandas concorrenciais, atualizadas permanentemente fora do campo por macroprocessos econômicos e políticos, tal como a globalização. Assim, toda escolha metodológica acontece como um esforço de preenchimento do núcleo que exigiria, caso a caso, uma nova justificativa.

A pesquisa, assim, corre constantemente um duplo risco: ora de se distanciar dos desafios dessa atualização acelerada, ora de aderir-se ao lado frágil e passageiro das nomenclaturas e das mudanças ocasionais.

Isso implica, ao mesmo tempo, um grande desafio intelectual, ético e político, já que, das grandes questões do mundo contemporâneo, as principais nutrem o solo de construção dos objetos de estudo da Ciência da Informação.

Interdiscursos e o diferencial da Ciência da Informação

Por sua relação intrínseca com todos os outros campos de produção cultural, a Ciência da Informação se desenvolve gerando sempre novas zonas interdiscursivas.

Esse comportamento prolífico em relações interdisciplinares e transdisciplinares dificulta a identificação de uma diferença específica do conhecimento informacional. A emergência desse diferencial demanda dos nossos programas de pesquisa o atendimento de uma condição específica, que denominaremos condição de agregação de um excedente epistemológico a toda hipótese epistemologicamente unidimensional: para fazer jus a sua especificidade, a pesquisa em Ciência da Informação deve agregar um excedente epistemológico ou um excedente de problematização a toda hipóteses construída num domínio interdisciplinar ou inter-discursivo: à hipótese

lingüística, à hipóteses da sociologia do conhecimento, à hipóteses antropológica, à hipóteses comunicacional, à hipóteses das Ciência da Computação ou Informática, de modo que o excedente de informação que resulte da pesquisa tenha de fato um caráter interdiscursivo ou transdisciplinar de cunho informacional.

Algumas questões para os programas de pesquisa em Ciência da Informação devido às características atribuídas ao campo da Ciência da Informação, é difícil construir premissas conceituais que dem conta, ao mesmo tempo, da produção do que estamos chamando excedentes epistemológicos (o diferencial da Ciência da Informação) e do excedente de informação (um diferencial de originalidade ou de alargamento do estado prévio dos conhecimentos do campo).

A escolha do horizonte de problematização é decisiva neste caso. Qual será o foco da pesquisa e que área, teoria ou abordagem das ciências sociais terá papel de interlocutores preferenciais da pesquisa?

Uma abordagem antropológica, que lida com a informação como artefato ou dimensão da cultura, requer trabalhar com centralidade o conceito de cultura, com consciência de sua diversidade de abordagens e com a escolha de uma abordagem preferencial. A abordagem sociológica requer debruçar-se sobre a questão da socialidade ou do ser social, atualizando as noções no quadro dos novos cenários teóricos e históricos. Como posicionar-se, como cientista em Ciência da Informação, em relação as definições de sociedade identitária ou sociedade de rede e frente a afirmação da atualidade da passagem de uma a outra sociedade? Quais são as concepções da subjetividade congruentes com essas definições do social?

Após a escolha de teorias e abordagens, será necessário estabelecer os elos entre o grande quadro conceitual e a construção concreta de um objeto de pesquisa, integrando dados, relatos, argumentos. Por que e como uma concepção da sociedade em rede vai contextualizar e balizar um estudo de usuários potenciais de uma biblioteca virtual sobre Biologia, Matemática ou Políticas públicas?

Outras considerações deveriam ser feitas sobre as relações entre as ditas “pesquisa básica” ou “aplicada”, ou entre “teoria” e “prática”, muitas vezes obscurecidas por apreciações apressadas.

Existe, de fato, um hiato fundamental entre a demanda de conhecimentos de organizações e grupos, como suporte de suas estratégias de ação e em contextos específicos, e a produção de conhecimento por programas de pesquisa. Dois pontos principais mostram esse hiato: a formação das agendas temáticas e os tempos do conhecimento.

As escolhas temáticas e metodológicas da pesquisa geram uma “cascada” de ações, onde as perguntas iniciais geram respostas e novas perguntas. O programa de pesquisa trabalha assim na construção de famílias de perguntas que não são nem totalmente contínuas nem totalmente descontínuas: age, por tanto, pelo deslocamento significativo do esforço do pensamento. Isso implica, porém, numa duração e continuidade desse esforço de pesquisa, o que requer a manutenção de uma memória do campo integrada a memória do programa (o trabalho da herança), a manutenção física e materializada das memórias-produtos resultantes (artigos, bases de dados, coleções), a formação constante e renovadora de novos pesquisadores, uma política permanente e reflexiva de participação e convocação de fóruns e colegiados onde se desempenham e enriquecem as funções heurísticas e críticas da comunicação.

As organizações e os grupos sociais em geral têm outras lógicas de geração e tratamento das perguntas, geralmente pontuais e surgidas no decurso de suas atividades cotidianas. Suas agendas temáticas não só focalizam assuntos muito específicos e contextualizados, como mudam o assunto de interesse ao obter uma resposta que consideram adequada a sua pergunta, que lhes permite superar um obstáculo ou uma ruptura de percurso que afetará a obtenção de seus objetivos. Satisfeita a demanda pontual, o esforço de conhecimento seguirá outros rumos, procurará outros temas e outras parcerias. Daí que entre os atores sociais e suas demandas de conhecimento e as organizações e grupos de pesquisa, deveriam existir espaços diferenciados de ação e zonas híbridas de intermediação onde se realizem as operações de conversão e negociação de perguntas e significados. O relacionamento entre atores sociais, políticos e econômicos com os setores institucionais da pesquisa, requer tanto o alargamento dos horizontes estratégicos das organizações como a formação de metapolíticas de conhecimento capazes de abrigar tendências e mudanças que se constituem ora no campo da sociedade, ora no campo das ciências.

Tratando-se de áreas de pesquisa relativamente novas, na Ciência da Informação e em alguma medida, na pesquisa e desenvolvimento das tecnologias de informação, tem existido uma relação concorrencial entre os empreendimentos de pesquisa operacional ou o atendimento de demandas imediatas dos contextos organizacionais, tem competido na atribuição de espaço e de recursos com o desenvolvimento de programas de pesquisa científica, com dois efeitos negativos; por um lado, a dispersão de esforços em ações e investimentos que se esgotam na realização de um serviço ou de um produto, quando poderiam estabilizar-se em

capacidades e conhecimentos que poderiam dar cobertura a outras demandas e por mais longos períodos de tempo. Por outro, não desenvolvemos modelos de gestão intermediários entre a pesquisa e as práticas, empobrecendo o potencial de sínteses e generalização da pesquisa, e o potencial heurístico das práticas.

A dimensão do programa de pesquisa: entre a comunidade, a polis e a rede

Podemos pensar a pesquisa em diversas dimensões, que vamos a caracterizar com três metáforas: a comunidade, a polis, a rede.

A comunidade de pesquisa nos remete à formação da equipe de pesquisa, incluindo desde a construção de quadros conceituais e procedimentos metodológicos, a aquisição de recursos mais ou menos sofisticados e o desenvolvimento de interfaces adequadas entre os meios, os recursos e os pesquisadores (sejam mapas, bases de dados ou equipamentos complexos de medições astronômicas). Essa comunidade de experiência age ao mesmo tempo como comunidade virtual de crítica e avaliação das estratégias de pesquisa, projetando sempre a “cultura de evidência” da organização e da equipe de pesquisa, nas matrizes disciplinares da área em que se desenvolve o programa.

Entre a área ideal do conhecimento (Ciência da Informação, Biologia, Física) e a comunidade engajada na pesquisa num contexto de experiências coletivas densas (real ou virtual), situa-se a Polis da Ciência (polis no duplo sentido de “muitos” e “cidade”), que reúne as comunidades e programas de pesquisa numa esfera ao mesmo tempo pública e abstrata de reconhecimento e avaliação (CAPES, CNPq, FAPESP, FAPERJ, FINEP, etc.).

A rede, por sua vez, remete as relações do programa com outras organizações (de fomento e avaliação, clientelas, parcerias), e com outros pesquisadores e programas de pesquisa dentro e fora de seu programa de construção.

Do ponto de vista do produtor do conhecimento, as redes se formam de maneira dinâmica e variada, por todo tipo de relações significativas que ele seja capaz de estabelecer com outros saberes e perguntas que tenham interlocução com um estado atual de conhecimentos; nada é a priori pertinente ou relevante, já que é a pesquisa que gera a pertinência e a relevância no decurso de sua intervenção epistemológica e empírica. Por exemplo, nada estabelece a priori que um trabalho de física teórica seja pertinente para um pesquisador em comunicação, mas pensar sobre o tempo

como dimensão cultural pode requerer um conceito cosmológico de tempo, desenvolvido no domínio da física pura, da cosmologia. A interdiscursividade se estabelece primeiro como relação pragmática e nesse quadro como semântica e lógica. Essa heterologia de relações, cabe esclarecer, não depende das mesmas serem feitas na comunicação cara a cara, por mensagens enviados por e-mail ou transportados pelos correios, e são anteriores as redes eletrônicas, ainda que estas oferecem excelentes condições para efetua-las com mais riqueza e rapidez.

O escopo e abrangência do programa de pesquisa se definem então por sua interação com esses três espaços: o da comunidade, o da polis e o da rede.

Cada um desses espaços coloca, porém, demandas diferentes.

As comunidades devem atender às condições formativas da ação da pesquisa e seus atores. Participa assim mesmo de diversas redes, em primeiro lugar informais e dinâmicas e só após de uma certa duração e densidade das relações, em malhas e morfologias formalizadas. A polis requer ações e relações antecipáveis e bem demarcadas, que componham cartografias mesuráveis, com regiões estabilizadas, que permitam contratos entre as partes com jurisdições definidas.

Seja pelo avanço da globalização, a renovação das infraestruturas de informação que mudam de escala os investimentos e as exigências tecnológicas de sua implementação e desenvolvimento, as ciências da informação terão que vivenciar uma passagem do modelo mais tradicional de pesquisa, com ênfase na comunidade de experiência, ao modelo de projetos de grande alcance, orientado ao desenvolvimento de missões e com o envolvimento de diversas comunidades e programas de pesquisa.

As características do campo, com suas diversas culturas de evidência e sua relação dupla e permanente com todos os outros campos da atividade social -que restabelecem no campo da informação suas relações de poder-, antecipam a dificuldade e complexidade que será a construção dessa passagem, e a importância da participação reflexiva da área na elaboração de novas agendas temáticas e novos cronogramas.

Os desafios impostergáveis: o local e o global

Para Benjamin, a informação se constitui num momento histórico de ruptura entre a experiência e a narração. O fenômeno de desencaixe entre a experiência local e os meios de intervenção desterritorializada, como a informação e o dinheiro, estaria exacerbado no contexto da globalização e da sociedade em rede.

A possibilidade e situação da passagem das sociedades identitárias às sociedades de rede, requerem a indagação dos novos modos de produção e distribuição de regiões discursivas e dos modos sociais de acesso a essas regiões, a fim de estabelecer se, no novo contexto, funcionam os condicionantes prévios de classe, gênero, educação. Perguntando de outro modo, quais os indícios de emergência de alguma forma de acesso cultural, oferecida pelas novas redes tecnológicas que -por sua efetiva indeterminação econômica, categorial e geopolítica- permita esperar um efeito progressista sobre as desigualdades do conhecimento e da informação.

Os países da América Latina, com história pós-colonial e que passaram por processos de modernização conservadora, enfrentarão o déficit histórico de acesso à educação e de aquisição das competências definidas no quadro das atualizações científico-tecnológicas. Ao mesmo tempo, a presença política e cultural dos textos de nossa experiência e diferença são condição de um projeto abrangente que propondo uma universalidade em aberto, se realize por movimentos concretos de identificação. Não podemos deixar que nossa história se converta numa "imagem legendária" às margens digitais da aventura humana.

Os novos mundos da informação devem manter aberto o diálogo com o continente mítico onde se formaram os Macondos, os manifestos urbanos de Niemeyer, as líricas populares do samba e do chorinho. A metodologia da pesquisa pode ser uma das pontes para o traslado dos sonhos as realidades.

BIBLIOGRAFIA

AKRICH, Madeleine Comment sortir de la dichotomie technique/société. Presentation des diverses sociologies de la technique. In: LATOUR, B. et LEMONNIER, P. *De préhistoire aux missiles balistiques. L'intelligence sociale des techniques*. Paris, LaDécouvert, 1994 p. 105-131

CASTELLS, M. *La Era de la información : Economía, Sociedad y Cultura de la economía informacional*. Madrid, Alianza Editorial, 1997. Vol.1 : *La Sociedad Red*. Cap. XX La empresa red: cultura, instituciones y organizaciones.

COLLINS, H. , KUSCH, Martin. *The shape of actions. What humans and machines can do*. Cambridge: London, The MIT Press, 1999.

Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação

FROHMANN, Bernard. Rules of indexing: a critique of mentalism in Information Retrieval theory. *Journal of Documentation*, v.46, n.2, p.81-101, 1990.

FROHMANN, Bernard. *The Role of the Scientific Paper in Science Information Systems*. University of Western Ontario, Ontario. Disponível na internet <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>> Consulta em: 31 dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide . O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. *Ciência da Informação*, Brasília, v.16, no. 2, p. 157-167, jul./dez. 1987.

GOFFMAN, W. Information Science: Discipline or Dissapearance. *ASLIB Proceedings*, vol.22, no.12, 1970.

GUSTON, D.H. , KENISTON, K. Introduction. The social contract for science. In: GUSTON, D.H. , KENISTON, K. (eds.). *The fragile contract. University Science and he Federal Government*. Cambridge: MIT Press,1994.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science. *JASIS*, v. 46, no. 6, p.400-425, 1995.

LAKATOS, Imre. La falsación y la metodología de los programas de investigación científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Eds.) *La crítica y el desarrollo del conocimiento*. Barcelona, Grijalbo, 1975, pág. 203-343

MIKHAILOV, A I.: CHERNYI; GILYARESKI, R.S. Estrutura e Principais Propriedade da informação científica. In: Gomes, H.E. (Org.) *Ciência da Informação ou Informática?* Rio de Janeiro, Calunga, 1980. Pág. 71-80.

Maria Nélide González de Gómez

Doutora em Comunicação

Pesquisadora DEP/IBICT:MCT

Professora da Pós-Graduação em Ciência da Informação - DEP/IBICT:ECO/UFRJ
nelida@ax.apc.org
